

Colun. Brasil

BENI VERAS

ESTADO DE SÃO PAULO

Problema velho, solução nova

19 DEZ 1993



**São Paulo
cresceu
cercada de
miséria, com o
desequilíbrio
regional**

O agravamento progressivo da crise econômica distancia o País em igual medida da noção de planejamento. A falta de justificadas esperanças dispersa os valores potenciais de nossa época. Em reação a este vazio, criamos no âmbito do Congresso Nacional uma comissão de estudo do desequilíbrio inter-regional brasileiro.

Há dois anos desenvolvendo nossos trabalhos nesta comissão, ouvimos autoridades e técnicos, intelectuais e lideranças empresariais e trabalhistas de toda parte. Este processo nos propiciou uma visão atualizada e, em alguns aspectos, surpreendente do Brasil que julgávamos conhecer tão bem.

As políticas nacionais são definidas segundo critérios que, erigidos em nome do "interesse geral da Nação", refletem somente as necessidades daquelas regiões que já concentram a maior parte das atividades econômicas. Neste contexto, as políticas regionais nunca passaram de ações compensatórias de correção assistencial das distorções.

Até aqui, centros mais desenvolvidos como São Paulo cresceram cercados de misérias e tensões de toda ordem, refletindo um desequilíbrio provocado muitas vezes por conflitos sociais alheios ao seu processo de desenvolvimento. A capacidade de absorção de mão-de-obra migrada das regiões mais pobres esgotou-se e a violência urbana é apenas a face mais visível deste estrangulamento. Está cada vez mais difícil viver na Bélgica dos jardins paulistanos, sem uma

constante visão dos problemas regionais.

Portanto, precisamos criar um cenário progressivamente convergente, com pólos de modernidade dirigindo seus efeitos para o interior das regiões, eliminando vazios econômicos e promovendo melhorias sociais. Para isso, é preciso levar o aspecto regional para o centro das ações planejadoras, com a substituição de compensações acessórias por uma real introdução das questões derivadas do problema regional no sistema nacional de planejamento.

Este processo não pode deixar de ter nas regiões mais prósperas entusiasmados agentes. Unimo-nos ou pereceremos numa faixa sombria de exclusão das grandes oportunidades científicas e culturais da nova ordem. O momento pede grandeza. Sugere que nos desvinculemos da defesa de interesses compreensíveis, porém menores, e partamos na busca de soluções que impeçam o alargamento progressivo das amplas faixas de marginalização social.

Aquele regionalismo — que a pretexto de nossa crônica pobreza exigia recursos do sul mediante arbitramento do Estado — concentrou renda numa região onde os desníveis sociais já sofriam de acentuada deformação. Crescer concentrando em meio ao mais dramático quadro social, numa concepção excludente e patrimonialista de desenvolvimento, consolidou o domínio de uma elite retrógrada.

Embora não seja monopólio das elites regionais o desvio de verbas

públicas, como atesta de modo inequívoco a atual onda de denúncias, este é um mal que precisa de energético combate. Não há controle social nenhum sobre o estabelecimento de critérios ou cronogramas de liberações de verbas para projetos privados nas regiões mais pobres.

O programa de criação de unidades produtivas, financiadas por recursos oriundos de incentivos fiscais, já não é capaz sequer de manter um ritmo de crescimento industrial adequado às necessidades atuais, como não foi capaz de reverter os desníveis sociais acentuados naquelas regiões em 30 anos de programa, quando concentrou renda na cidade e desempregou no campo, onde o primordial seria a fixação do homem à terra.

Mas afora a mentalidade de suas elites e os grandes desafios de ordem natural, sobretudo no Norte e no Nordeste, as regiões periféricas enfrentam outro adversário de peso na luta por sua redenção: o preconceito externo. Há numa mal-formada opinião pública dos Estados mais desenvolvidos uma idéia cristalizada de que as regiões pobres o são por terem desperdiçado recursos alocados pelo governo federal, retirados da poupança dos Estados ricos.

Os números não confirmam essa transferência de renda dos Estados prósperos para os Estados pobres. A renúncia fiscal da União para o exercício de 1993 revela o Sudeste como grande beneficiado, com quase a metade do total, quando o Nordeste absorve menos de 10% deles. Também com relação aos gastos públicos e a distribuição regional dos financiamentos os percentuais nunca excederam aos acima apresentados.

A intervenção reguladora e os investimentos públicos naquelas

regiões devem concentrar-se nas soluções estruturais, assegurando competitividade e promovendo o desenvolvimento socialmente equilibrado e ambientalmente sustentável. Apenas dentro deste novo quadro é que se reduzirá a necessidade de iniciativas compensatórias e emergenciais.

Os debates na comissão me convenceram ainda de que não é conveniente, conforme a experiência brasileira, misturar atribuições de poder real — comando sobre recursos e decisões de governo — com as de gerar conhecimentos especializados. Nesse sentido, uma das propostas pontuais do Relatório Final daquela comissão é a de reservar aos organismos de desenvolvimento, Sudam e Sudene, funções exclusivas de planejar ações e articular a solidariedade dos Estados com as necessidades estratégicas de cada região.

Os recursos oriundos dos incentivos fiscais somar-se-iam a parte dos fundos, constitucionais, FNE e FNO, administrados por Corporações Financeiras de Investimentos, geridas por bancos oficiais de desenvolvimento, nos moldes bem sucedidos de congêneres do Banco Mundial e BID. As CFLs destinariam suas aplicações, na forma de empréstimo ou de participação societária, a projetos econômica e ambientalmente sustentáveis, capazes de induzir fortemente o desenvolvimento equilibrado e com capacidade multiplicadora de benefícios à base social da região.

As soluções para as enfermidades do País estão latentes, vivas em seu próprio organismo ambiental e humano. Essa comissão de estudo do desequilíbrio inter-regional brasileiro procurou localizá-las sob a generosa ótica da integração.